



1  
2  
3  
4  
5  
6

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

7  
8  
9

**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO  
CNIg/VI/ 2007**

10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

**Ata**

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e sete, esteve reunido o Conselho Nacional de Imigração, sob a Presidência do Sr. Paulo Sérgio de Almeida, e com a presença dos seguintes Conselheiros: Ralph Peter Henderson (MRE); Nielsen de Paula Pires (ME); Valdir Vicente de Barros (CGT); Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo (CGT); Miguel Salaberry Marinho (SDS); Roque de Barros Laraia (SBPC); José Ribamar Dantas (CGTB); Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE); Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA); Marcus Vinícius Quito (MS); Adriana Giuntini Viana (CNT); Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT); Maurício Lucena do Val (MDIC), Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro (MTUR); Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC); Christina Aires Corrêa Lima (CNI); Marilena Moraes Barbosa Funari (CNF). Estiveram presentes ainda como observadores o Sr. Ricardo Amaral Castro Ferreira (MJ) e Sr<sup>a</sup>. Rosita Milesi (IMDH). Como Convidados compareceram: Cláudio Romero (FUNAI); Mário Barboza dos Santos (Assessor do MTE para Assuntos Internacionais); Gustavo Francisco Garcia (Assessoria Internacional – Mercosul); Ministra Mitzi Gurgel Valente da Costa (MRE - Departamento de Estrangeiros); Eugênio José de Aragão (Procuradoria Geral da República); e Larissa Martins Lamera (MPS). **1. Abertura:** O Presidente Paulo Sérgio de Almeida saudou a todos e agradeceu a presença da Ministra Mitzi Gurgel Valente da Costa, que será Conselheira Titular do Ministério das Relações Exteriores e da Sra. Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro, nova representante suplente do Ministério do Turismo. Informou ainda a indicação dos dois novos representantes do Ministério da Justiça, Srs. Douglas Vasconcelos (titular) e

31 Ricardo Amaral (suplente), ainda pendente de nomeação pelo MTE. Mencionou a  
32 presença de representante do Ministério da Previdência Social, Sra. Larissa Martins  
33 Lameira, que acompanhará as reuniões do Conselho como observadora, até a mudança  
34 do Regimento Interno, quando o MPS passará a compor o Conselho. Agradeceu por  
35 fim, a presença dos Srs. Cláudio Romero (FUNAI) e Eugênio José de Aragão  
36 (Procuradoria Geral da República) para os debates sobre o transito dos indígenas na  
37 fronteira do MERCOSUL. **2. Aprovação da Agenda Provisória:** O Presidente Paulo  
38 Sérgio submeteu aos Conselheiros a proposta de Agenda Provisória com o seguinte  
39 teor: 1. Abertura; 2. Aprovação da Agenda Provisória; 3. Aprovação das Atas das  
40 Reuniões do CNIg – IV/2007 e V/2007; 4. Assuntos diversos: Apresentação dos novos  
41 Conselheiros; Relato da participação do presidente do CNIg na Delegação Brasileira ao  
42 Foro Global sobre Migrações e Desenvolvimento; Relato da participação do CNIg no  
43 Seminário “Migrações e Desenvolvimento”, organizado pelo CIAAT em Governador  
44 Valadares/MG; Relato do Conselheiro Valdir Vicente sobre os contatos havidos com a  
45 Organização Sindical da Inglaterra para a criação de escritórios em Londres para apoiar  
46 os imigrantes brasileiros e africanos; Andamento do Novo Regimento Interno do CNIg;  
47 Apresentação de Estatísticas de autorizações para trabalho do primeiro semestre de  
48 dois mil e sete; e Retirada de pauta, a pedido da bancada dos empregadores, do APL  
49 sobre os expatriados. 5. Apresentação do Subprocurador Geral da República – 6ª CCR  
50 e do representante da FUNAI sobre os problemas com indígenas na Fronteira com o  
51 Paraguai, além da Assessoria Internacional do MTE em relação ao MERCOSUL; 6.  
52 Relato da visita do CNIg à Portugal (Casa do Brasil de Lisboa; Alto Comissariado para  
53 a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI); Consulado Geral do Brasil em Lisboa; e  
54 lançamento da Cartilha “Brasileiros no Exterior – Informações Úteis”); 7.  
55 Apresentação do Relatório do GT para alteração na Resolução Administrativa nº.  
56 05/2003; 8. Apresentação do Relatório do GT referente ao tema Saúde e Migrações; 9.  
57 Apreciação de proposta de alteração na Resolução Normativa nº. 38/1999; e 10.  
58 Processos a serem relatados. Conteúdo este que foi aprovado por todos. **3. Aprovação**  
59 **das Atas das Reuniões do CNIg – IV/2007 e V/2007:** Com relação a ata da IV  
60 Reunião, o Conselheiro Valdir Vicente solicitou correções na página três, a partir da  
61 linha sessenta e cinco. O Presidente esclareceu que houve muitas falhas na elaboração  
62 dessa ata, solicitando a todos que efetivassem a correção do documento. A Conselheira  
63 Lídia Miranda considerou a ata equivocada, no que se trata do registro de sua

64 participação, solicitando alteração. O Conselheiro Roque de Barros solicitou alteração  
65 na página onze do documento. O Conselheiro Maurício Lucena do Val (MDIC) disse  
66 que a IV Ata continha equívocos, pois constava a participação da Conselheira Jane  
67 Alcanfor de Pinho, que, contudo não participou dessa reunião, vez que estava de férias.  
68 Além disso, não foram inseridas suas observações em relação a três pontos: 1) Que o  
69 MDIC apóia a constituição do Conselho Nacional das Migrações, observado as  
70 competências dos demais órgãos, com vistas a não haver sobreposição de funções; 2)  
71 Que recomendou ao Conselho Nacional de Imigração verificar a possibilidade da  
72 Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego verificar, do ponto de vista  
73 legal, as Resoluções aprovadas; e 3) Com relação a discussão que vem sendo travada  
74 quanto à mudança na RN 38, disse que o Ministério das Relações Exteriores tem uma  
75 Divisão de Cultura que vem discutindo a questão, o que pode auxiliar o Conselho no  
76 ajuste da mesma. Em relação à Ata da V Reunião do CNIg, o Conselheiro Valdir  
77 Vicente solicitou alteração na linha cento e três da página dezoito. Com as devidas  
78 alterações, foram aprovadas as atas da IV e V Reuniões do CNIg de 2007. **4. Assuntos**  
79 **diversos:** Após a apresentação dos Novos Conselheiros, o Presidente Paulo Sérgio  
80 relatou a sua participação no Foro Global sobre Migrações e Desenvolvimento, que  
81 aconteceu nos dias 10 e 11 de julho passado em Bruxelas/Bélgica. Expôs que temas  
82 como “migração temporária, remessas, processos de integração regional e futuros  
83 desenvolvimentos do Foro” foram abordados nos debates. Declarou que acompanhou  
84 duas mesas-redondas: Migração de mão-de-obra altamente qualificada, focada na  
85 migração de profissionais de saúde e nos impactos que a perda desses trabalhadores  
86 vem causando aos países africanos; e o papel de outras instituições não-governamentais  
87 nos processos de migração, que se concentrou no papel das agências de intermediação  
88 e mão-de-obra nos processos de migração temporária e no papel das instituições  
89 financeiras no financiamento desse tipo de migração. Informou que a próxima reunião  
90 do Foro será nas Filipinas no ano de dois mil e oito. Em seguida solicitou que o  
91 Conselheiro Araújo Costa o substituísse momentaneamente, devido a um chamado no  
92 Gabinete do Ministro. O Conselheiro Araújo Costa passou a palavra ao Conselheiro  
93 Antônio Cortizo, para que fizesse o relato sobre *o contato com a Organização Sindical*  
94 *da Inglaterra para a criação de escritório em Londres para apoiar os imigrantes*  
95 *brasileiros e africanos*. O Conselheiro Antônio Cortizo, num breve relato, declarou que  
96 observou vários fatos interessantes, como folhetos com os direitos dos migrantes,

97 distribuindo exemplares aos Conselheiros. Ponderou que o Brasil ainda não possui  
98 folhetos nesse formato e que se estuda a possibilidade de convênio com o Brasil. O  
99 Conselheiro Araújo Costa passou para o item número seis da pauta. **5. Relato da visita**  
100 **do CNIg à Portugal:** O Conselheiro José Ribamar relatou sobre a visita ao Consulado,  
101 observando a questão da informalidade dos migrantes e declarou que eles possuem  
102 trabalhos interessantes voltados para essa área. Em seguida passou a palavra para o  
103 Conselheiro Maurício do Val e a Conselheira Marjolaine do Canto. A Conselheira  
104 Marjolaine do Canto declarou que além da questão legal, puderam perceber que os  
105 portugueses são muito organizados. Considerou a visita muito interessante e que  
106 auxiliará a entender o novo momento. O Presidente Paulo Sérgio reassumiu a  
107 presidência da mesa e passou a palavra aos demais Conselheiros. A Conselheira  
108 Christina Aires mencionou os fatos que chamaram a atenção, no sentido da  
109 possibilidade de adoção pelo grupo de medidas similares. O Presidente Paulo Sérgio  
110 agradeceu os relatos e desculpou-se pela breve ausência. Declarou que foi fundamental  
111 conhecer a realidade da emigração de brasileiros em Portugal e que ficou  
112 impressionado com as condições de atendimento do Consulado Brasileiro em Lisboa,  
113 entendendo que seria necessário um reforço na estruturação desse Consulado. Informou  
114 que ficou satisfeito com a visita ao Alto Comissariado para a Integração e Diálogo  
115 Intercultural (ACIDI) e ao Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, relatando que há  
116 um trabalho bastante avançado no sentido da integração dos imigrantes à Sociedade  
117 Portuguesa. Ressaltou o plano de integração português que fez constar à pasta de cada  
118 conselheiro, contendo medidas que abrangem um grande número de áreas do Governo  
119 Português. Destacou a visita à Casa do Brasil de Lisboa, onde houve o lançamento da  
120 cartilha “Brasileiros no Exterior – Informações Úteis” para avaliação pelas  
121 comunidades de brasileiros no exterior, além do início de uma pesquisa das condições  
122 sócio-econômicas da comunidade de brasileiros em Portugal. Relatou, ainda, que  
123 durante esta última visita, a delegação do CNIg teve um encontro com o novo  
124 Embaixador Brasileiros em Portugal. **6. Apresentação do Subprocurador Geral da**  
125 **Republica – 6ª CCR e do representante da FUNAI sobre os problemas com**  
126 **indígenas na Fronteira com o Paraguai, além da Assessoria Internacional do MTE**  
127 **em relação ao MERCOSUL:** O Sr. Mario Barboza dos Santos, Assessor do Ministro  
128 do Trabalho e Emprego para assuntos internacionais saudou a todos, falou que estão a  
129 disposição para o apoio necessário e ressaltou a importância do dialogo tripartite.

130 Desculpou-se por ter que se ausentar e informou que o Sr. Gustavo Francisco Garcia  
131 assumiria o seu lugar. O Sr. Gustavo Francisco Garcia, em relação ao tema da fronteira,  
132 mencionou a importância de se delimitar os requisitos mínimos, como a definição de  
133 quais são os povos. Em seguida, o Sr. Eugênio de Aragão iniciou sua apresentação.  
134 Informou sobre visita feita ao Paraná, no qual relata a situação dramática vivida pelos  
135 Guaranis. Informou que vem tratando do tema em diversas frentes, uma delas é a  
136 questão do Estatuto Jurídico do indígena de fronteira no MERCOSUL. Observou que a  
137 questão da fronteira para os povos indígenas é uma mera abstração e que a Advocacia  
138 Geral da União se interessou em constituir um grupo de trabalho para estudar o tema  
139 do transito dos indígenas, juntamente com o Ministério Público, a FUNAI e o  
140 Ministério do Trabalho. Ressaltou que não se trata de se reconhecer uma nacionalidade,  
141 mas sim de fornecer um tratamento uniforme a indígenas de fronteira, inclusive no que  
142 diz respeito a sua documentação e ao seu status migratório. Mencionou contatos com o  
143 Observatório Guarani, que é a rede de universidades que hoje se ocupam da questão  
144 Guarani, lideradas pelo professor Antonio Branche, em Mato Grosso do Sul, na  
145 tentativa de se criar um modelo de estatuto. Informou ainda que a Agência Espanhola  
146 de Cooperação Internacional se dispôs a financiar esse projeto do estatuto modelo.  
147 Explicou que é um assunto novo, mas que, devido à extensão territorial, o Brasil possui  
148 maior urgência no tema. Mostrou-se receoso quanto à rápida criação de um estatuto  
149 mais benéfico para os Guaranis, já que setenta por cento da população do Paraguai  
150 declara ter descendência Guarani, e que poderia haver um influxo de paraguaios ao  
151 Brasil. Propôs a criação de um Grupo de Trabalho para avaliação dos impactos e da  
152 real existência da população estimada de 250.000 Guaranis. Considerou razoável o  
153 critério de se definir como Guaranis os que vivem nas aldeias. Ressaltou que as  
154 políticas públicas na fronteira entre Brasil e Paraguai deveriam ser uniformes, de modo  
155 a haver um equilíbrio na demanda de serviços de um lado e outro da fronteira, inclusive  
156 em relação ao assentamento de indígenas. Enfatizou que traz apenas preocupações,  
157 pois o Ministério Público não tem soluções. Entende que o CNIg pode fazer alguma  
158 coisa, especialmente a questão do marco jurídico, de se estudar a presença Guarani no  
159 Brasil, de forma a não discriminá-los, de forma a não trata-los como cidadãos de  
160 segunda categoria, mas ao mesmo tempo também garantir que eles possam ter as  
161 mesmas vantagens que eventualmente tem no Brasil no acesso a serviços públicos, no  
162 Paraguai e eventualmente, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia. O Presidente do

163 CNIg passou a palavra ao Sr. Cláudio Romero, representante da FUNAI. O Sr. Cláudio  
164 Romero agradeceu a todos a oportunidade e parabenizou o grupo por levantar um tema  
165 tão importante. Informou que a FUNAI tem tentado organizar em Mato Grosso do Sul  
166 um trabalho conjunto de vários Ministérios, buscando dar uma resposta para o fato dos  
167 indígenas não poderem usufruir das políticas públicas por falta de documentação.  
168 Ressaltou a especificidade da questão dos indígenas, que por possuírem culturas de  
169 base comunitária, não podem ser tratados como “trabalhadores”, mas muitas vezes por  
170 questão de sobrevivência acabam se inserindo no mercado de trabalho. Lembrou que a  
171 política inclusão social brasileira acaba por atrair muitos indígenas de outros países,  
172 que têm o problema de não possuírem documentos ou possuírem documentos  
173 duplicados. Informou que há dois anos a FUNAI vem trabalhando com o Ministério da  
174 Justiça e com a Polícia Federal, buscando uma documentação única para os índios, para  
175 facilitar esse atendimento. Considerou oportuno o debate e se colocou à disposição  
176 para mais esclarecimentos. Abrindo os debates, o Conselheiro Ralph Henderson  
177 indagou se é correto o fato de não haver obrigatoriedade dos povos indígenas se  
178 documentarem, e foi esclarecido pelo Sr. Cláudio Romero de que nos postos indígenas  
179 da FUNAI existem os livros de registro de nascimento e óbito, mas que como a própria  
180 Constituição considera os povos indígenas diferenciados, eles não possuem obrigação  
181 de retirar documentos, embora nada os impeça de possuí-los. O Sr. Eugênio José  
182 observou que o Registro Administrativo de Indígenas, ainda é um problema que não  
183 está muito bem resolvido, apesar da Lei 6.001 (Estatuto do Índio), pois a FUNAI só  
184 registra índio que nasceu em aldeia e os índios que não nasceram em aldeia ou que não  
185 sabem onde nasceram, não recebem o Registro Administrativo. O Conselheiro Ralph  
186 Henderson observou a necessidade de se identificar quem são os indígenas nacionais  
187 brasileiros, já que isto seria um pressuposto para o estudo do tema a nível de Mercosul,  
188 que possui um Fórum Especializado Migratório. A Conselheira Christina Aires  
189 indagou se algum outro país possui um registro que identifique os indígenas, e foi  
190 esclarecida pelo Sr. Eugênio José de que não possuem, e por isso mesmo a demanda de  
191 estudar um regime jurídico próprio para os indígenas tanto brasileiro quanto para os  
192 estrangeiros. O Conselheiro Nielsen de Paula questionou ao Ministério do Trabalho  
193 sobre o que foi aprovado no contexto Mercosul, sobre trabalho, previdência,  
194 equivalências dos estudos, qualificação de mão de obra e saúde. Colocou também a  
195 questão num contexto maior, que é a constituição de uma comunidade sul-americana,

196 ou seja, a busca da ampla circulação dos povos sul-americanos. O Presidente sugeriu  
197 que o Sr. Gustavo Francisco Garcia respondesse à questão ao final do debate,  
198 informando que o tema do Mercosul contemplaria debates futuros. Complementou  
199 informando que a idéia é a participação de outras autoridades, a fim de que se possa  
200 obter mais informações sobre o Mercosul, especialmente questões sobre as fronteiras.  
201 A Sr<sup>a</sup>. Rosita Milesi informou que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os  
202 Refugiados encomendou um estudo sobre a questão da mobilização dos povos  
203 indígenas, da Colômbia e do Brasil, focado na questão dos refugiados, e demonstrou  
204 interesse na análise desses estudos, a fim de avaliar a realidade dessa população.  
205 Manifestou-se favorável à proposta do conselheiro Nielsen de Paula, de pensarem na  
206 mobilidade dos povos latino-americanos, já que é uma demanda de longa data entre os  
207 grupos de migrantes latino-americanos. O Presidente solicitou à Secretaria que  
208 mantivesse contato com o ACNUR para obtenção do estudo mencionado. O  
209 Conselheiro Araújo Costa, concordando com a Irmã Rosita, ressaltou a necessidade de  
210 uma legislação que atenda as necessidades dos povos indígenas no Norte do Brasil.  
211 Lembrou de que os indígenas possuem uma área territorial onde viviam antes da  
212 chegada dos colonizadores e que continuam dentro dessa área, ignorando as fronteiras  
213 estabelecidas posteriormente e indagou em que sentido será a ação do CNIg em relação  
214 a uma legislação específica para os indígenas que circulam pelo Mercosul. O  
215 Conselheiro Roque de Barros saudou o representante do Ministério Público que tem  
216 trabalhado ativamente na defesa dos interesses indígenas e o representante da FUNAI.  
217 Colocou que a criação de um estatuto com muita formalidade tenderia a aumentar a  
218 movimentação de indígenas e sugeriu, como medida simples, que se o índio solicitar a  
219 documentação, que lhe seja concedida. Ressaltou a importância de discutir o tema no  
220 Conselho. A conselheira Christina Aires opinou que o Conselho realmente tem a  
221 necessidade de estudar as questões do Mercosul com mais profundidade. Sugeriu um  
222 grupo de estudos sobre o Mercosul, com a presença de pessoas que tratem do tema para  
223 subsidiar com informações e que, dentro desse grupo, seja criado um subgrupo para a  
224 questão indígena, que ficaria, inclusive, como grupo permanente. Demonstrou  
225 preocupação com o problema econômico e com o impacto nas políticas públicas no  
226 caso de uma legalização que atinja um grande número de pessoas, enfatizando que não  
227 pode haver prejuízos para os que estão em trânsito nas fronteiras e necessitam de  
228 auxílio. Reforçou a necessidade de uma definição jurídica sobre quem é considerado

229 índio ou não, e afirmou que a contribuição do Conselho poderia ser a criação de um  
230 visto, ou de livre-trânsito ou de permanência para os indígenas, mas que antes seriam  
231 necessários maiores subsídios e informações técnicas. O Conselheiro Roque de Barros  
232 lembrou a todos que existe o estatuto do índio vigente desde 1973, que em 1988 foi  
233 feita uma nova Constituição que o modificou muito, de tal forma que o estatuto hoje é  
234 superado, mas que a FUNAI já encaminhou ao Congresso Nacional, provavelmente em  
235 meados de 1990, o projeto de um novo estatuto, que está há dezessete anos no  
236 Congresso. O Conselheiro Valdir Vicente ressaltou a necessidade do Conselho estudar  
237 com maior profundidade a questão fronteiriça e que uma única vez presenciou  
238 discussões sobre a questão indígena no Mercosul. Ressaltou que o problema do  
239 Protocolo Multilateral de Seguridade Social é de difícil aplicação, já que não há  
240 harmonização na legislação dos quatro países. Propôs que Ministério das Relações  
241 Exteriores fosse envolvido na discussão sobre o Mercosul. O Conselheiro José  
242 Ribamar parabenizou a todos pela iniciativa da discussão. Propôs que os  
243 encaminhamentos propostos pela Conselheira Christina Aires, pelo Conselheiro Roque  
244 e as demais proposições fossem avaliados. O Sr. Gustavo Francisco Garcia esclareceu  
245 que há várias ações em curso no Mercosul, propostas principalmente nas duas últimas  
246 presidências. Confirmou que existe o problema que o Conselheiro Valdir Vicente expôs  
247 sobre a harmonização das legislações e explicou que o acordo de seguridade social  
248 evoluiu para um acordo ibero-americano de seguridade social, que abarca todos os  
249 países de língua espanhola e que já está em fase de operacionalização, garantindo a  
250 quem trabalha no Brasil, na Espanha, em qualquer país de língua espanhola a receber  
251 aposentadoria conjunta dos países, proporcional ao tempo de trabalho em cada país.  
252 Expôs a existência de acordos bilaterais entre Brasil e Argentina e Brasil e Uruguai;  
253 além do acordo de residência que, segundo a informação atual, ainda não estava em  
254 vigor em razão da falta de ratificação pelo Paraguai, mas que o Congresso daquele país  
255 havia recentemente aprovado este Acordo. Ressaltou que o MTE coordena um grupo  
256 chamado de Alto Nível para estratégia Mercosul de crescimento no emprego  
257 (GANEMPLE), que é um grupo formado pelo Ministério do Trabalho e todos os  
258 Ministérios responsáveis pelas políticas econômicas e sociais de trabalho do Mercosul,  
259 cujas estratégias recentemente aprovadas são: promover o desenvolvimento das micro,  
260 pequenas e médias empresas, de cooperativas, da agricultura familiar e da integração  
261 de redes produtivas; e orientar investimentos públicos e privados em mão-de-obra em

262 setores estratégicos da economia, como infra-estrutura e novas tecnologias, dentre  
263 outros. Informou sobre os avanços em relação à inspeção do trabalho no Mercosul,  
264 citando a Decisão nº. 32, em cuja operacionalização incluiu-se uma ação piloto de  
265 inspeção na tríplice fronteira em setembro próximo. Informou que técnicos do  
266 Ministério da Justiça e Trabalho do Paraguai vieram ao Brasil conhecer todas as áreas  
267 do MTE, em relação ao funcionamento e os procedimentos; tendo se declarado  
268 interessados na área da inspeção do trabalho. Em relação à área de Relações de  
269 Trabalho, informou a existência de um trabalho de harmonização de nomencladores da  
270 legislação trabalhista de cada país. Mencionou a existência do Observatório do  
271 Mercado de Trabalho que tem contribuído para os debates do SGT-10 e do  
272 GANEMPLE, com estudos, pesquisas e dados estatísticos. O Presidente Paulo Sérgio  
273 agradeceu a ampla explicação e acrescentou que existe um Acordo Mercosul sobre  
274 trânsito fronteiriço que não está em vigor, pendente ainda a ratificação de alguns  
275 países, e que já existem dois acordos fronteiriços bilaterais, relativos ao Uruguai, já em  
276 vigor, e à Argentina. Lembrou que outro acordo importante é o Acordo de Dispensa de  
277 Legalização de Documentos, no qual simplificam o processo de legalização de  
278 documentos, a fim de que sejam mais benéficos para os interessados, e acrescentou que  
279 este já está em vigor entre Brasil e Argentina. O Presidente Paulo Sérgio de Almeida  
280 ratificou a necessidade de envolver o Ministério das Relações Exteriores, além do  
281 Ministério da Justiça, seja no âmbito do Departamento de Estrangeiros, seja no  
282 Departamento da Polícia Federal. Propôs dois encaminhamentos: ou programar para a  
283 próxima reunião apresentação de pessoas envolvidas na área ou encaminhar para a  
284 criação imediata de um grupo de trabalho sobre a questão. A Conselheira Marjolaine  
285 do Canto propôs a realização de um seminário no qual se reunisse o conhecimento que  
286 já existe no governo no âmbito do Mercosul, antes da criação de um grupo de trabalho,  
287 a fim de aprender mais e solidificar conhecimentos. A Conselheira Christina Aires  
288 sugeriu um seminário com a duração de dois dias, para que possam convidar  
289 expositores e assim formarem uma opinião consistente. O Sr. Eugênio José ofereceu o  
290 apoio da Sexta Câmara da Procuradoria Geral da República para a organização do  
291 Seminário. O Sr. Gustavo Francisco Garcia se propôs a fazer a preparação do  
292 Seminário, juntamente com a Secretaria do CNIg. O Presidente Paulo Sérgio  
293 apresentou o Sr. Pedro de Castro Amaral Vieira, responsável pelo MERCOSUL, no  
294 âmbito da Assessoria Internacional do MTE e solicitou que a ASSINT acompanhasse

295 os debates no CNIg sobre as questões do Mercosul. Propôs convidarem para a próxima  
296 reunião representantes do Ministério da Justiça e o do Ministério das Relações  
297 Exteriores, especialistas em Mercosul, a fim de subsidiar o debate e acrescentou a  
298 intenção de, a partir da discussão, definir a criação de grupo de trabalho e a realização  
299 do seminário. A Conselheira Marjolaine do Canto sugeriu que partissem diretamente  
300 para o seminário, a fim de obter maior praticidade num assunto emergencial, propondo  
301 que o Conselheiro Roque de Barros contribuísse com a experiência que possui. O  
302 Presidente Paulo Sérgio reforçou a importância do Ministério das Relações Exteriores e  
303 do Ministério da Justiça neste debate, pois considera de suma importância a articulação  
304 dessas áreas. A Conselheira Christina Aires informou que a CNI está a disposição do  
305 grupo organizador e demonstrou interesse de que o Seminário seja realizado o mais  
306 rapidamente possível. O Conselheiro Antônio Cortizo declarou que é preciso cuidado  
307 ao preparar o Seminário, já que tanto a representação de Trabalhadores, como a de  
308 Empregadores possuem pessoas especializadas no Mercosul e que poderiam participar  
309 em uma mesa de debate. Enfatizou que a Declaração Sócio-laboral completa dez anos  
310 neste ano e deverá ser revisada, sendo outra questão que deveria compor o seminário.  
311 O Presidente Paulo Sérgio de Almeida solicitou à Secretária uma articulação com a  
312 Assessoria Internacional do MTE, a fim de delimitarem as pautas e participantes do  
313 seminário e que na próxima reunião do CNIg estivessem presentes membros do  
314 Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça que tratem sobre o  
315 Mercosul. O Conselheiro Valdir Vicente informou que a Secretaria Geral da  
316 Presidência da República tem organizado em todo o Brasil, um seminário chamado  
317 “Encontro com o Mercosul” no qual levam especialistas do Itamaraty, do MDIC e de  
318 outros setores, inclusive, do Fórum Consultivo Econômico-Social para regiões onde  
319 não conhecem o Mercosul e que seria interessante consultá-los sobre o tema. O  
320 Conselheiro Nielsen de Paula ratificou a importância do Legislativo e do Judiciário  
321 serem consultados sobre o assunto. O Sr. Gustavo Francisco Garcia sugeriu que  
322 definissem o escopo do seminário, a fim de que não fique muito amplo e que possam  
323 aprofundar mais em determinadas questões. O Conselheiro Rinaldo Gonçalves propôs  
324 que tanto o Governo, como a parte patronal e os trabalhadores, nesse intervalo,  
325 produzam subsídios e encaminhem para a Secretaria Técnica, a fim de que tanto a  
326 Secretaria Técnica quanto a Assessoria Internacional, consolidem as propostas num  
327 evento que realmente venha ao encontro do objetivo. O Conselheiro Araújo Costa

328 lembrou que a Procuradoria Geral da República se colocou a disposição e declarou que  
329 considera muito importante essa participação. O Presidente Paulo Sérgio suspendeu  
330 temporariamente a reunião para o almoço, solicitando aos Conselheiros que  
331 retornassem às quatorze horas e trinta minutos. Após o almoço, o Presidente Paulo  
332 Sergio informou sobre o andamento do *Novo Regimento Interno do CNIg*, afirmou que  
333 a análise possui prioridade na consultoria jurídica. Fez a previsão de que até a próxima  
334 reunião do CNIg já haja alguma deliberação da CONJUR sobre o assunto, e lembrou  
335 que deverá haver primeiro uma alteração de Lei, depois a criação do novo Decreto e  
336 por fim a Portaria Ministerial. Quanto a *apresentação de Estatísticas de autorizações*  
337 *para trabalho do primeiro semestre de dois mil e sete*, o Presidente do CNIg informou  
338 que as estatísticas do primeiro semestre de 2007 encontram-se na pasta dos  
339 Conselheiros e que não possuem alterações significativas que demandassem uma  
340 explicação mais detalhada e analisou que os números estão próximos com o que foi  
341 concedido no ano passado. *Retirada de pauta, a pedido da bancada dos empregadores,*  
342 *do APL sobre os expatriados:* O Presidente Paulo Sérgio explicou que a bancada de  
343 empregadores solicitou que fosse retirada de pauta a proposta de anteprojeto de lei  
344 sobre brasileiros expatriados, ou seja, brasileiros empregados em empresas brasileiras e  
345 que sejam transferidos para trabalhar no exterior ou, brasileiros contratados por  
346 empresas estrangeiras para trabalhar no exterior. Informou que existe uma legislação,  
347 que é a Lei 7.064, de 1982, e que existe um trabalho feito pelo GADEX - Grupo de  
348 Administração dos Expatriados, um grupo de empresas que possuem brasileiros  
349 trabalhando no exterior dentro do mesmo grupo econômico. Declarou que, em conjunto  
350 com o Ministério do Trabalho, elaboraram o anteprojeto de Lei que, inclusive já teve  
351 tramitação interna. **7. Apresentação do Relatório do GT para alteração na**  
352 **Resolução Administrativa nº 05/2003:** O Presidente Paulo Sérgio informou que esta é  
353 a Resolução que trata da concessão de permanência para os casos de união estável.  
354 Informou ainda que não houve reuniões desse grupo de trabalho devido à ausência da  
355 representação do Ministério da Justiça, cujos novos representantes estão sendo  
356 nomeados e tão logo isso ocorra, poderão assumir a presidência desse grupo de  
357 trabalho, pois se trata de um assunto mais afeto à esfera do Ministério da Justiça.  
358 Propôs que a primeira reunião desse grupo de trabalho fosse entre a reunião de agosto e  
359 setembro. **9. Apreciação de proposta de alteração na Resolução Normativa nº**  
360 **38/1999:** O Presidente comentou sobre a proposta da Ancine, a Agência Nacional de

361 Cinema, de alteração da Resolução Normativa 38, que é a vinda de estrangeiros para  
362 trabalho no setor de audiovisual. Lembrou que esse assunto constou nas duas últimas  
363 reuniões. Explicou que a Resolução nº 38 é uma resolução antiga que ainda se refere ao  
364 antigo Departamento do Audiovisual do Ministério da Cultura, superado pela criação  
365 da Ancine. Lembrou que nas discussões que tiveram no grupo foram informados de  
366 que há um grupo de trabalho interministerial tratando da questão do audiovisual, e que  
367 portanto seria mais prudente aguardar a opinião do próprio Ministério da Cultura, do  
368 Ministério do Turismo e do MDIC, que também se pronunciou a respeito. Propôs que  
369 fosse criado um grupo de trabalho para a alteração da NR 38, para que obtenham um  
370 encaminhamento, conforme a Ancine solicitou e que não continuassem com o assunto  
371 pendente no Plenário. O Conselheiro Valdir Vicente sugeriu um mês de prazo para que,  
372 na próxima reunião, decidam sobre a criação do grupo de trabalho, a fim de que não  
373 haja decisões conflituosas. A Conselheira Fernanda Maciel declarou que o Ministério  
374 do Turismo está envolvido nesta questão e se propôs a verificar o andamento do grupo  
375 interministerial, a fim de que prestar, na próxima reunião, informação que subsidie a  
376 criação do grupo de trabalho no CNIg. O Presidente Sr. Paulo Sérgio solicitou então  
377 que se retomasse o item pendente do ponto dos Assuntos Diversos da pauta: *Relato da*  
378 *participação do CNIg no Seminário “Migrações e Desenvolvimento”, organizado pelo*  
379 *CIAAT em Governador Valadares/MG:* O Presidente relatou que o CIAAT é um  
380 Centro de Apoio ao emigrante e às famílias de emigrantes em Governador Valadares.  
381 Possui uma parceria com União Operária, entidade que congrega vários sindicatos da  
382 região. Ressaltou que o seminário, além da divulgação da pesquisa feita com familiares  
383 de emigrantes de Governador Valadares, também propiciou a divulgação de pesquisa  
384 feita pela UFMG, pelo professor Dimitri Fazito, da Comissão Nacional de População  
385 Desenvolvimento, juntamente com o professor Weber Soares. Expôs que na ocasião,  
386 fizeram um debate e noticiaram sobre a cartilha “Brasileiros no Exterior - Informações  
387 Úteis”. Declarou que o seminário foi importante, pois marca o surgimento do Centro de  
388 Apoio e também da Associação de Familiares de Emigrantes, que foi fundada na  
389 mesma ocasião. Citou que a pesquisa aponta alguns fatores importantes, como a falta  
390 de projetos de desenvolvimento regional, a questão da evasão escolar de filhos de  
391 emigrantes devido à desagregação familiar, dados estes que só foram possíveis de se  
392 concluir com as pesquisas. Relatou também a questão da saúde do trabalhador no  
393 exterior, que exposto a jornadas excessivas e a trabalhos insalubres, adocece e não

394 consegue ter atendimento médico por estar ilegal. Em seguida passou a palavra para o  
395 Conselheiro Ribamar, que também esteve no Seminário de Governador Valadares. O  
396 Conselheiro José Ribamar descreveu a situação de Governador Valadares, uma cidade  
397 cuja vocação inicial era a exploração de minérios, e que com o advento da vinda de  
398 empresas mineradoras americanas, terminaram por incentivar a saída de brasileiros  
399 para os EUA, por serem considerados mão-de-obra farta e barata, fato que teria  
400 contribuído para a atual situação. Relatou que a preocupação da entidade que está  
401 sendo criada é no sentido de buscar o desenvolvimento, a conscientização, meios e  
402 formas de que as pessoas se conscientizem de que precisam fincar raízes, firmando um  
403 compromisso no sentido de estar construindo soluções para as gerações futuras.  
404 Considerou uma experiência muito produtiva e declarou-se satisfeito de ter recebido  
405 cópia de um e-mail do Presidente do CNIg direcionado à Casa do Brasil de Lisboa e  
406 para o CIAAT, a fim de iniciar um inter-relacionamento. Enfatizou ainda a importância  
407 de minimizar o sofrimento tanto das pessoas que ficam no país, como das pessoas que  
408 vão para o exterior. O Presidente Paulo Sérgio lembrou que o contato da Casa do Brasil  
409 com o CIAAT foi, também, no sentido de que foi indicado que há um processo  
410 migratório importante da região para Portugal, sendo que antes era região que migrava,  
411 quase exclusivamente, para os Estados Unidos. O Conselheiro Ralph Henderson  
412 indagou se existe material disponível dessas ao que o Presidente Paulo Sérgio  
413 esclareceu que possui o material e que iria disponibilizar. **8. Apresentação do**  
414 **Relatório do GT referente ao tema Saúde e Migrações:** O Conselheiro Marcus  
415 Quito informou que a primeira reunião do grupo de trabalho aconteceu no dia quatro de  
416 julho. Nessa discussão, fizeram um balizamento preliminar com relação ao Conselho  
417 Nacional de Saúde, sobre qual é a idéia de saúde do Estado Brasileiro com base na  
418 Constituição e nas normativas existentes sobre o tema da saúde: Lei Orgânica de Saúde  
419 e Portarias Ministeriais. Ressaltou a importância de esclarecer aos órgãos e entidades  
420 públicas a situação de acesso à saúde dos estrangeiros, com base em informações  
421 existentes dentro dos sistemas oficiais da saúde. Informou que Consultoria Jurídica do  
422 Ministério da Saúde ficou encarregada de encaminhar um diagnóstico sobre como  
423 acontece o direito à saúde. Falou ainda da análise sobre como o Sistema Único de  
424 Saúde está arcando com contas referentes à prestação de serviços a estrangeiros.  
425 Ressaltou a importância de pesquisas mais detalhadas na perspectiva da distribuição de  
426 estrangeiros, da contribuição econômica, de qual a inserção profissional desses

427 indivíduos, qual a contribuição que eles estão trazendo e qual o cenário geográfico  
428 dessa distribuição. Outro cenário ressaltado foi a questão dos brasileiros que vivem no  
429 exterior, buscando identificar qual o tratamento de saúde que estes brasileiros recebem.  
430 Expôs que como os indivíduos que vão trabalhar no exterior acabam expostos a  
431 condições insalubres, acabam retornando ao Brasil com problemas de saúde, e que a  
432 sociedade brasileira tem que arcar com essas despesas. Ressaltou a importância de  
433 resgatar a discussão sobre a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de  
434 Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, a fim de emitir uma  
435 posição e remeter a uma discussão, também detalhada, sobre os acordos internacionais  
436 de saúde. Mencionou também que o Brasil tem sete acordos bilaterais de saúde  
437 vigentes e que não existe nenhum novo acordo de extensão de direitos a partir de 1995.  
438 Num outro recorte, o Conselheiro Marcus Quito colocou a questão dos profissionais de  
439 saúde, quanto à validação dos diplomas dos profissionais estrangeiros que estão no  
440 Brasil, já que a regularização da condição migratória não autoriza que exerçam a sua  
441 atividade de formação. Falou também sobre a questão na ordem inversa: a saída de  
442 brasileiros profissionais de saúde para o estrangeiro. Relatou ainda a necessidade de  
443 que a CNIg e o Conselho Nacional de Saúde tratem sobre “ Migração e Saúde”, numa  
444 pauta que englobe esses temas em um seminário, bem como a construção de ações  
445 estratégicas para a população ilegal, assim como vacinação, acesso à educação e à  
446 saúde. O Conselheiro Marcus Quito declarou ser relevante o documento que o Sr.  
447 Paulo Sérgio trouxe de sua visita a Portugal, que é o Plano de Ação para Integração dos  
448 Estrangeiros em Portugal, pois serve de referencia para que o grupo trabalhe essa  
449 questão. Lembrou a todos ainda neste ano acontece a 13ª Conferência Nacional de  
450 Saúde, e que as vésperas da realização da reunião, se dará o Encontro Internacional que  
460 discutirá sobre saúde. Lembrou também sobre a comemoração dos trinta anos da  
461 Alma-Ata, uma carta muito utilizada e que prioriza as questões primárias de saúde.  
462 Informou que o grupo de saúde precisará de um número considerável de reuniões para  
463 abordar todos esses temas, já que tratarão de questões complexas. Ressaltou a  
464 necessidade de encomendar uma pesquisa a fim de obterem um diagnóstico mais  
465 detalhado sobre a condição migratória brasileira, tanto da vinda dos estrangeiros quanto  
466 da saída de brasileiros. Expôs a questão da saúde mental, que é mais perceptível no  
465 âmbito da CONARE, no qual muitos refugiados alegam perseguição, que na realidade  
467 é manifestação de um problema decorrente, muitas vezes, de exposição à violência. Por

468 fim, mencionou a proposta que o Grupo de Saúde fez na última reunião, que é a  
469 inclusão na próxima pauta do Conselho Nacional de Imigração de um convite da  
470 representação do Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Saúde,  
471 Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem para a discussão da  
472 validação dos diplomas, mas que diante da proposta de se estudar o Mercosul num  
473 contexto mais amplo, lembrou-se de que o próprio Ministério da Saúde junto com o  
474 SGT11, que é o subgrupo de trabalho do Mercosul, vem discutindo parcialmente a  
475 questão do fluxo de profissionais da saúde e que já tem acertado algumas resoluções do  
476 ponto de vista de extensão do direito desses profissionais de saúde formados em outros  
477 países, a fim de que transitem no âmbito do Mercosul. Citou que quatro Universidades  
478 estão aptas a emitirem diplomas para que os profissionais possam exercer a função em  
479 qualquer dos países do Mercosul. O Conselheiro Marcus Quito propôs que incluíssem  
480 no seminário do MERCOSUL a discussão sobre saúde em um sentido amplo, mas que  
481 ao mesmo tempo pautassem na reunião do Conselho o convite aos órgãos citados, para  
482 que eles venham informar como se dá o processo de validação dos diplomas e,  
483 também, responder à provocação do Conselho Federal de Medicina. Quanto às  
484 propostas feitas, declarou que levaria para submissão do Grupo de Saúde, mas opinou  
485 que a melhor solução seria a inclusão no seminário. A fim de agilizar a busca de  
486 informações, o Conselheiro Marcus Quito sugeriu que o próprio Grupo de Trabalho  
487 fizesse um convite preliminar aos órgãos e que encaminhasse o relatório  
488 posteriormente para o Conselho analisar. O Presidente Sr. Paulo Sérgio manifestou-se  
489 favorável à apresentação dos órgãos que tratam sobre saúde no Grupo de Trabalho,  
490 para que o Conselho deliberasse posteriormente. A Sr<sup>a</sup>. Rosita Milesi, do IMDH,  
491 ressaltou a necessidade de delimitar alguns temas e afirmou que a CNPD poderá  
492 auxiliar na busca de informações sobre migrantes. Quanto à questão do Conselho  
493 Federal de Medicina, considerou que a discussão sobre diplomas poderá ser longa, já  
494 que engloba também o MEC. Falou sobre projeto do IMDH em conjunto com a OIM  
495 voltado para o acompanhamento dos brasileiros que retornam por meio dos programas  
496 daquela organização internacional, e ressaltou que a questão da saúde tem se mostrado  
497 presente nos relatórios das organizações que patrocinam a volta dessas pessoas. O  
498 Conselheiro Valdir Vicente indagou quais as Universidades que consideram a  
499 certificação do diploma no Mercosul. Quanto à questão das universidades, o  
500 Conselheiro Marcos Quito declarou não saber, no momento, o nome das

501 Universidades, mas comprometeu-se a se informar sobre o assunto. O Conselheiro  
502 Marcus Quito relatou que a pauta do SGT 11 envolve a questão do regramento do  
503 trânsito de profissionais de saúde, reconhecimento de diplomas, reconhecimento de  
504 procedimentos de saúde, de vigilância sanitária e que eles possuem uma agenda  
505 bastante solidificada em vigor dentro do Mercosul. Disponibilizou-se a trazer a pauta  
506 ao grupo, a fim de instruir melhor, principalmente no que diz respeito às universidades  
507 validadas. A Sr<sup>a</sup>. Larissa, do Ministério da Previdência Social, informou que tiveram  
508 em julho, uma reunião com a área Internacional da Secretaria Geral da Presidência da  
509 República, em que cada Ministério já encaminhou um relatório breve sobre quais os  
510 avanços que cada setor tem obtido no âmbito do Mercosul. Propôs-se a verificar a data  
511 prevista para a publicação e demais informações e informar aos conselheiros. O  
512 Presidente Sr. Paulo Sérgio relatou a existência do Protocolo de Integração  
513 Educacional para o Prosseguimento de estudos de pós-graduação e o Protocolo de  
514 Admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas  
515 nos países membros do Mercosul, que já estariam em vigor. Sugeriu verificar a  
516 vigência dos protocolos. Propôs também que o Seminário do Mercosul poderia pautar  
517 alguns dos pontos que o Conselheiro mencionou. O Presidente do CNIg sugeriu que  
518 convidassem o CFM para a próxima reunião do Grupo de Trabalho, que solicitassem  
519 ao CNPD ajuda sobre as estatísticas gerais e que avaliassem a possibilidade de  
520 envolver a FUNDACENTRO. O Conselheiro José Ribamar relevou a importância de  
521 se manter o foco, a fim de que possam ser produtivos e que os resultados somente  
522 seriam produzidos no médio e no longo prazo. O Conselheiro Marcus Quito relatou  
523 que o Grupo de trabalho irá, na véspera da próxima reunião, trazer os subsídios dos  
524 diagnósticos, a fim de sistematizar informações. Irão também convidar o CNPD e o  
525 IMDH para que acrescentem dados e estatísticas. Informou que a segunda pauta a ser  
526 discutida pelo GT é a questão do Conselho Federal de Medicina, no intuito de conhecer  
527 o pleito deles. O Presidente do CNIg informou que seria importante uma aproximação  
528 entre os órgãos de registro profissional brasileiros e portugueses no sentido da  
529 facilitação do exercício profissional em ambos os países. **10. Relato de processos: 01)**  
530 **Processo nº.46000.012237/2007-19, Mia Janine Gravesen:** O Coordenador do CNIg,  
531 Aldo Candido (MTE), leu o processo do Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de  
532 Almeida (MTE), que manifestou-se a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado  
533 pelos demais Conselheiros. **02) Processo nº.46000.012399/2007-57, Jose Bernardo**

534 **M. Salvado Ancede:** O Coordenador do CNIg, Aldo Candido (MTE), leu o processo  
535 do Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), que opinou pelo  
536 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **03) Processo**  
537 **nº.08070.00007/2007-94, Arthur de Silva Pereira:** O Presidente Srº Paulo Sérgio  
538 devolveu o processo ao relator, para que avalie o Mérito da União Estável. **04)**  
539 **Processo nº.08390.000502/2007-81, Vitor Manuel Paulos Correia:** O Coordenador  
540 do CNIg, Aldo Candido (MTE), leu o processo do Conselheiro relator, Rinaldo  
541 Gonçalves de Almeida (MTE), que se manifestou a favor do deferimento, sendo seu  
542 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **05) Processo nº.46000.012187/2007-70,**  
543 **Valéria Ramirez Blancarte:** O Coordenador do CNIg, Aldo Candido (MTE), leu o  
544 processo do Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), que se  
545 manifestou a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais  
546 Conselheiros. **06) Processo nº.08460.026037/2006-56, Fernando Wenceslau Malaga**  
547 **Mendiola:** O Coordenador do CNIg, Aldo Candido (MTE), leu o processo do  
548 Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), que opinou pelo  
549 deferimento condicionado, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros.  
550 **07)Processo nº.08460.026484/2006-13, Thorsten Muller:** O Conselheiro relator,  
551 Ralph Henderson (MRE), manifestou-se pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado  
552 pelos demais Conselheiros. **08) Processo nº.08460.026410/2006-79, Ernesto Galeotti:**  
553 O Conselheiro relator, Ralph Henderson (MRE), sugeriu pelo deferimento  
554 condicionado, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **09)Processo**  
555 **nº.08506.008484/2006-50, Rui Manuel Ferreira dos Santos:** O Conselheiro relator,  
556 Ralph Henderson (MRE), opinou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos  
557 demais Conselheiros. **10) Processo nº.46215.013615/2007-66, Hans Gert Toni Klein**  
558 **e dependentes:** O Conselheiro relator, Ralph Henderson (MRE), manifestou-se pelo  
559 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros.**11) Processo**  
560 **nº.46000.012458/2007-97, Oliver Marie Catherine Jacques Devaux:** O Conselheiro  
561 relator, Ralph Henderson (MRE), opinou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado  
562 pelos demais Conselheiros. **12) Processo nº.46000.010172/2007-77, Griselda**  
563 **Michiko M.de Nishihira e filha:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho  
564 Nacional de Imigração. **13) Processo nº.08354.000064/2005-25, Damir Fillen:** Relato  
565 adiado para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **14) Processo**  
566 **nº.46000.006251/2007-83, Georgi Iordanov:** O Conselheiro relator, Raimundo

567 Nonato de Araújo Costa (MAPA), votou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado  
568 pelos demais Conselheiros. **15) Processo nº.46000.026188/2006-11, José Manuel da**  
569 **Silva Batista:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA),  
570 manifestou-se pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais  
571 Conselheiros. **16) Processo nº.46000.013504/2006-94, Hans Anthony Egan Bishop:**  
572 O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA), manifestou-se  
573 pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **17) Processo**  
574 **nº.46000.008935/2007-10, Domingos Quiante:** O Conselheiro José Ribamar Dantas  
575 (CGTB) pediu vistas do processo, sendo adiado para a próxima reunião do Conselho  
576 Nacional de Imigração. **18) Processo nº.08297.002330/2000-71, François Xavier**  
577 **Sovi:** O Conselheiro relator, Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA), manifestou-  
578 se pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **19)**  
579 **Processo nº.46000.011640/2007-21, Magalys Fernandez Pedroso:** Relato adiado  
580 para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **20) Processo**  
581 **nº.46000.010324/2007-31, Dario Alcino M.Guedes Sebastião:** Relato adiado para a  
582 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **21) Processo**  
583 **nº.46000.009795/2007-05, Peter Kampjes:** Relato adiado para a próxima reunião do  
584 Conselho Nacional O Presidente do Conselho, de Imigração. **22) Processo**  
585 **nº.08452.006589/2007-47, Enrique Miralles Segura:** O Presidente do Conselho,  
586 Paulo Sérgio de Almeida (MTE), leu o processo do Conselheiro relator, Maurício  
587 Lucena do Val (MDIC), que sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer acatado  
588 pelos demais Conselheiros. **23) Processo nº.46000.009794/2007-52, William**  
589 **Chambers:** , O Presidente do Conselho, Paulo Sérgio de Almeida (MTE), leu o  
590 processo do Conselheiro relator, Maurício Lucena do Val (MDIC), que sugeriu  
591 exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **24)**  
592 **Processo nº.46205.001048/2007-14, José Miguel dos Santos:** O Presidente do  
593 Conselho, Paulo Sérgio de Almeida (MTE), leu o processo do Conselheiro relator,  
594 Maurício Lucena do Val (MDIC), que sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer  
595 acatado pelos demais Conselheiros. **25) Processo nº.46000.011052/2007-97, Teunis**  
596 **Trow:** , O Presidente do Conselho, Paulo Sérgio de Almeida(MTE), leu o processo do  
597 Conselheiro relator, Maurício Lucena do Val (MDIC), que opinou pelo indeferimento,  
598 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **26) Processo**  
599 **nº.08364.002034/2006-15, Juan Escardo Chumpitaz Camargo:** O Presidente do

600 Conselho, Paulo Sérgio de Almeida (MTE), leu o processo do Conselheiro relator,  
601 Maurício Lucena do Val (MDIC), que se manifestou a favor do deferimento, sendo seu  
602 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **27) Processo nº.08260.00038/2006-93,**  
603 **Massimo Marocco:** O Presidente do Conselho, Paulo Sérgio de Almeida (MTE), leu o  
604 processo do Conselheiro relator, Maurício Lucenna do Val (MDIC), que se manifestou  
605 a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **28)**  
606 **Processo nº.08514.009746/2005-13, Anastasia Shalaeva:** O Presidente do Conselho,  
607 solicitou que enviassem para o Ministério da Justiça, a quem compete o processo. **29)**  
608 **Processo nº.46000.010330/2007-99, Sebastian Ujevic Tonino:** Irmã Rosita (IMDH),  
609 leu o processo da Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), que  
610 votou a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros.  
611 **30) Processo nº.46000.026939/2006-07, Giancarlo Pirazzoli e esposa:** Irmã Rosita  
612 (IMDH), leu o processo da Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral  
613 (MCT), que declarou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais  
614 Conselheiros. **31) Processo nº.46000.012186/2007-25, Egberdina Johanna**  
615 **C.Elisabeth Gargoski:** Irmã Rosita (IMDH), leu o processo da Conselheira relatora,  
616 Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), que declarou pelo deferimento do pleito, sendo  
617 o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **32) Processo nº.46880.000055/2007-**  
618 **37, Anya Frederick Aba:** Irmã Rosita (IMDH), leu o processo da Conselheira  
619 relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), que sugeriu exigência dos autos,  
620 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **33) Processo**  
621 **nº.46317.000335/2007-40, Jose Augusto Portugal Tavares Caseiro:** Irmã Rosita  
622 (IMDH), leu o processo da Conselheira relatora, Lídia Miranda de Lima Amaral  
623 (MCT), que sugeriu exigência dos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais  
624 Conselheiros. **34) Processo nº.46000.013295/2007-60, Eber Ricardo Riveros**  
625 **Arellano:** Irmã Rosita (IMDH), leu o processo da Conselheira relatora, Lídia Miranda  
626 de Lima Amaral (MCT), que opinou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos  
627 demais Conselheiros. **35) Processo nº.46000.013522/2007-57, Brandon Thomas**  
628 **Hatton:** Irmã Rosita (IMDH), leu o processo da Conselheira relatora, Lídia Miranda de  
629 Lima Amaral (MCT), que sugeriu pelo deferimento condicionado, sendo seu parecer  
630 acatado pelos demais Conselheiros. **36) Processo nº.08514.001214/2007-08, José**  
631 **Alfredo Ruiz Vargas:** A Conselheira relatora, Fernanda Maciel (MTUR), opinou pelo  
632 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **37) Processo**

633 **nº.08260.004522/2004-63, Lazaro Lopez Fernandes:** A Conselheira relatora,  
634 Fernanda Maciel (MTUR), opinou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos  
635 demais Conselheiros. **38) Processo nº.08460.005.642/2006-93, Eberhard Hermann**  
636 **Schulzke:** A Conselheira relatora, Fernanda Maciel (MTUR), opinou pelo  
637 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **39) Processo**  
638 **nº.46000.011370/2007-58, Gisene Franziska Lemke Geb. Schweizer:** A Conselheira  
639 relatora, Fernanda Maciel (MTUR), opinou pelo deferimento, sendo seu parecer  
640 acatado pelos demais Conselheiros. **40) Processo nº.08711.000422/2006-74,**  
641 **Gianpaolo Defend:** A Conselheira relatora, Fernanda Maciel (MTUR), sugeriu  
642 exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **41)**  
643 **Processo nº.46000.013165/2007-27, Maria Raquel Troya Hernandez:** A  
644 Conselheira relatora, Fernanda Maciel (MTUR), manifestou-se favorável ao pleito,  
645 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **42) Processo**  
646 **nº.08711.000883/2005-66, Simone Annina Toendury:** Relato adiado para a próxima  
647 reunião do Conselho Nacional de Imigração. **43) Processo nº.46211.010514/2005-10,**  
648 **Elisabete Auxiliadora Oliveira:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho  
649 Nacional de Imigração. **44) Processo nº.08364.001599/2006-85, Stefan Van de Bunt:**  
650 Relato adiado para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **45)**  
651 **Processo nº.46000.011809/2007-42, Le Xingguo:** O Conselheiro relator, Valdir  
652 Vicente (CGT), manifestou-se favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado  
653 pelos demais Conselheiros. **46) Processo nº.08711.001598/2007-62, Hartmut Klatt:**  
654 O Conselheiro relator, Valdir Vicente (CGT), opinou pelo indeferimento do pedido,  
655 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **47) Processo**  
656 **nº.46021.001510/2007-31, Lucia Paola Andrade Cepeda:** O Conselheiro relator,  
657 Valdir Vicente (CGT), sugeriu exigências aos autos, sendo seu parecer acatado pelos  
658 demais Conselheiros. **48) Processo nº.46000.013677/2007-93, Simon Dreyer:** O  
659 Conselheiro relator, Valdir Vicente (CGT), opinou deferimento, sendo seu parecer  
660 acolhido pelo Plenário do CNIg. **49) Processo nº.46000.011981/2007-04, Holger**  
661 **Kreuzhage e esposa:** O Conselheiro relator, Valdir Vicente (CGT), manifestou-se  
662 favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **50)**  
663 **Processo nº.46000.013410/2007-04, Stefano Sergio Gervasi:** O Conselheiro relator,  
664 Valdir Vicente (CGT), manifestou-se a favor do deferimento, sendo seu parecer  
665 acatado pelos demais Conselheiros. **51)Processo nº.08492.004381/2006-17, Miguel**

666 **Angelo Ribeiro Dias de Sousa:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB),  
667 votou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **52)**  
668 **Processo nº.08460.023398/2005-60, Paulina Aima Llanque:** Relato adiado para a  
669 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **53) Processo**  
670 **nº.08495.002920/2005-72, Manuel Diguele Gonzalez:** Relato adiado para a próxima  
671 reunião do Conselho Nacional de Imigração. **54) Processo nº.46211.005409/2007-12,**  
672 **Sabine Fischer:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho Nacional de  
673 Imigração. **55) Processo nº.08477.000987/2006-71, Sharon Mclelland:** Relato adiado  
674 para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **56) Processo**  
675 **nº.08452.000147/2007-78, Manuel Ferreira Caetano:** Relato adiado para a próxima  
676 reunião do Conselho Nacional de Imigração. **57) Processo nº.46000.014514/2007-28,**  
677 **Guilherme Hernando Navas Camacho:** O Conselheiro, Valdir Vicente (CGT), leu o  
678 processo do Conselheiro relator, Miguel Salaberry (SDS), que se manifestou favorável  
679 ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **58) Processo**  
680 **nº.46880.000023/2007-31, Jens Patzschke:** O Conselheiro, Valdir Vicente (CGT), leu  
681 o processo do Conselheiro relator, Miguel Salaberry (SDS), que votou pelo  
682 indeferimento do pedido, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **59)**  
683 **Processo nº.46021.001636/2007-14, Alfredo Antonio Rodrigues Fritz:** O  
684 Conselheiro, Valdir Vicente (CGT), leu o processo do Conselheiro relator, Miguel  
685 Salaberry (SDS), que opinou favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado  
686 pelos demais Conselheiros. **60) Processo nº.08212.009866/2006-04, Yutaka Komiya:**  
687 O Conselheiro, Valdir Vicente (CGT), leu o processo do Conselheiro relator, Miguel  
688 Salaberry (SDS), que votou pelo indeferimento do pedido, sendo seu parecer acatado  
689 pelos demais Conselheiros. **61) Processo nº.46000.015796/2007-81, César Andrés**  
690 **Burgos Guerrero:** O Conselheiro, Valdir Vicente (CGT), leu o processo do  
691 Conselheiro relator, Miguel Salaberry (SDS), que se manifestou favorável ao  
692 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **62) Processo**  
693 **nº.46205.003566/2007-72, Domingos Luis da Costa Carneiro:** A Conselheira,  
694 Adriana Giuntini (CNT), leu o processo da Conselheira Relatora, Christina Aires  
695 (CNI), que votou a favor do deferimento, entretanto, o Conselho decidiu pelo  
696 indeferimento, sendo contrário ao voto da relatora. **63) Processo**  
697 **nº.08491.001086/2006-19, Luis Francisco Vera:** A Conselheira, Adriana Giuntini  
698 (CNT), leu o processo da Conselheira Relatora, Christina Aires (CNI), opinou a favor

699 do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **64) Processo**  
700 **nº.08711.001615/2005-61, José Carlos Reis Manuel:** A Conselheira, Adriana  
701 Giuntini (CNT), leu o processo da Conselheira Relatora, Christina Aires (CNI),  
702 manifestou-se a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais  
703 Conselheiros. **65) Processo nº.08514.002785/2007-51, Luis Felipe Palomino**  
704 **Coronado:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração.  
705 **66) Processo nº.08270.001056/2006-15, Roberta Mira Cato:** Relato adiado para a  
706 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **67) Processo**  
707 **nº.46000.014706/2007-34, João Arlindo Luis de Almeida:** Relato adiado para a  
708 próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **68) Processo**  
709 **nº.46000.010440/2007-51, Hugo Felipe M.Rodrigues e família:** A Conselheira,  
710 Adriana Giuntini (CNT), sugeriu exigências aos autos, sendo seu parecer acatado pelos  
711 demais Conselheiros. **69) Processo nº.46000.005386/2007-21, Hu Haiou:** A  
712 Conselheira, Adriana Giuntini (CNT), se manifestou pelo indeferimento do pedido,  
713 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **70) Processo**  
714 **nº.46000.014647/2007-02, Theresa Willbye:** A Conselheira relatora, Marilena Funari  
715 (CNT), opinou a favor do deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais  
716 Conselheiros. **71) Processo nº.46000.014412/2007-11, Guy Clifton Halliday:** A  
Conselheira relatora, Marilena Funari (CNT), manifestou-se a favor do deferimento,  
sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **72) Processo**  
**nº.46000.013975/2007-83, Cristian Martin Redondo:** A Conselheira relatora,  
Marilena Funari (CNT), manifestou-se pelo deferimento, sendo seu parecer acatado  
pelos demais Conselheiros. **73) Processo nº.08508.009148/2006-12, Holger Gerhard**  
**Riechert:** O Conselheiro relator, Roque de Barros Laraia (SBPC), se manifestou  
favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **74)**  
**Processo nº.46000.009515/2007-51, Enrique Ayala:** O Conselheiro relator, Roque de  
Barros Laraia (SBPC), opinou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos  
demais Conselheiros. **75) Processo nº.46000.012286/2007-51, Mariana Augusta**  
**Valanzuela Campana:** O Conselheiro relator, Roque de Barros Laraia (SBPC),  
opinou pelo deferimento do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais  
Conselheiros. **76) Processo nº.46000.026128/2006-06, Rudolf Hablutzel:** Relato  
adiado para a próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração. **77) Processo**  
**nº.46000.001003/2006-65, Sebastián Pica:** O Conselheiro relator, Roque de Barros

Laraia (SBPC), opinou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **Encerramento:** Nada mais a tratar no momento o Presidente do Conselho Paulo Sérgio declarou a reunião encerrada.